
KOBE – GAC: política WHOIS (2 de 2)
Terça-feira, 12 de março de 2019 – 08h30 às 10h15 JST
ICANN64 | Kobe, Japão

LAUREN KAPIN:

Bom dia, obrigado a todos que acordaram cedo para estar nessa sessão. Vamos falar sobre o trabalho desse grupo sobre segurança pública. Para os novos participantes, primeiro vamos os apresentar, e depois vamos passar uma resenha das nossas áreas de trabalho em andamento. Eu sou Lauren Kapin, sou uma das co-presidentes desse grupo de trabalho sobre segurança pública junto com meu colega da união europeia Cathrin Bauer-Bulst, peço aos colegas do grupo de trabalho que se apresentem para que todos possam saber o nome de cada um, e depois iremos para a primeira parte da nossa apresentação.

Aqui vemos o temário para a sessão, uma breve apresentação com uma introdução a respeito das questões de acesso de dados e registro, os dados WHOIS que tem a ver com a etapa dois do processo expeditivo do desenvolvimento de políticas e grupo de estudo técnico, que tem que desenvolver a implementação técnica da política que surgir para substituir os requisitos de acesso aos dados de registro, e também para ver a implementação de serviços de privacidade e representação, depois vamos falar sobre a mitigação do uso indevido do DNS, e

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

em relação a esse tema, vamos falar sobre o nosso trabalho em andamento, e vamos dar uma resenha da consideração por parte do board, de recomendações emanadas da revisão de competência, confiança dos consumidores, vai ser só uma resenha porque depois falaremos mais sobre o tema, temos muito pouco tempo para a sessão, talvez tenha que falar um pouco rápido, mas tem a oportunidade de falar comigo ou com algum dos palestrantes sobre dúvidas que tenham a respeito do nosso trabalho, com muito prazer dialogaremos com vocês, tanto comigo pessoalmente, quanto através do e-mail.

Nós nos focamos nas políticas da ICANN que tem impacto sobre a segurança pública, estamos trabalhando de maneira informal faz um tempo, mas em 2015 foi formalizado esse grupo de trabalho como canal do tratamento de questões de segurança pública, e também para trabalhar com os organismos de cumprimento da lei, que se encarregam dessa temática, temos um plano de trabalho, e isso está na nossa página de trabalho de segurança pública no website da ICANN, vão encontrar nosso plano de trabalho, nossa carta orgânica, isso se foca nos temas que podem ver na tela, queremos diminuir o uso indevido do DNS, combater o cyber delito, e também garantir que os organismos de cumprimento da lei possam acessar aos dados (inint) [00:04:07] em tempo e forma, também como organização queremos ser efetivos, queremos ter a resiliência necessária e

gostaríamos de ter maior participação do que temos agora, contamos com membros que trabalham conosco, são os membros de sempre, agradecemos muito pelo apoio ao nosso trabalho, e também entre reuniões presenciais, temos algumas pessoas que as vezes participam, outras não, conforme o lugar da reunião, o que queremos conseguir é ter participação continua, e precisamos de maior quantidade de perspectivas, pontos de vista, principalmente de pessoas de diferentes partes do mundo, então queremos convidá-los a participar, tanto aqueles de organismos de cyber segurança, cumprimento da lei, autoridades publicas de defesa do consumidor, para que participem da nossa tarefa.

No meu convite eu já tratei o segundo ponto da apresentação, nossos membros fazem parte das entidades de proteção ao consumidor, são representantes e observadores do GAC, são membros de organismos de cumprimento da lei em diferentes níveis oficiais, e se quiserem participar do nosso grupo, tem que se comunicar com o representante do GAC, e eles serão o (inint) [00:05:52] para levar adiante o processo de incorporação. Vejo que há 137 participantes que representam 46 membros do GAC, e seis observadores, talvez vocês vejam esses organismos e pensem que temos uma enorme quantidade de pessoas trabalhando, mas os que participam ativamente são muito

menos. Agora vou passar a palavra para Iranga Kahangama do FBI.

IRANGA KAHANGAMA: Trabalho com o FBI nos Estados Unidos e sou membro desse grupo, sei que as deliberações sobre WHOIS e temas afins dominam um pouco as deliberações da comunidade, mas também devem se focar na mitigação do uso indevido do DNS, então nós queremos trazer esse tema a mesa e continuar trabalhando nesse tema como prioridade para além de que agora o tema do WHOIS seja central, basicamente os nossos objetivos são os seguintes, queremos a promoção da auto-regulação da indústria, queremos que seja obrigatório o cumprimento contratual e efetivo, e ajudar a desenvolver medidas de proteção do público, um dos meus colegas vai falar sobre alguns momentos específicos que devemos aproveitar relativos a algumas questões para introduzir dados estatísticos e certas políticas, mencionei as estatísticas.

Eu acho que já apresentamos essa informação perante o GAC, temos uma ferramenta para desenvolver atividades de uso indevido no nome de sistema de domínios DAR, e temos também relatórios mensais sobre DNS e TLD, e quero convidá-los a descarregar esse relatório mensal, que leiam e lembrem que esse sistema de DAR coleta dados de diferentes firmas que se

encarregam da reputação de entidades online e espaços dos TLDs e publicam relatórios mensais, tem o relatório de fevereiro e (inint) [00:09:24] o resumo executivo, encontramos informação interessante no que diz respeito aos GTLDs, 87% desses GTLDs está em alguma situação relativa a ameaças de segurança e analisam também milhões de diferentes domínios espalhados por todo o mundo para coletar esse relatório, vamos ter uma sessão sobre essa ferramenta de DAAR, que vai estar liderada por John Crane e se quiserem saber mais sobre esse tema, eu convido que participem todos, antes de passar a palavra para meu colega, nós também falamos de medidas de proteção ao consumidor, e queremos fazer-lo antes de introduzir a nova rodada de GTLDs para proteger o espaço de nomes de domínio, aqueles que não se lembram da primeira rodada, talvez não saibam que meus colegas nesse grupo de trabalho foram muito críticos de certos aspectos quanto ao desenvolvimento de medidas de proteção na primeira rodada, nesse grupo continuaremos trabalhando sobre essas questões e meu colega vai falar sobre questões do uso indevido do DNS e como estamos trabalhando até agora, vamos continuar trabalhando e fazendo um segmento dessas questões, e com muito prazer vamos passar mais informação a esse respeito, passo a palavra para meu colega Drew.

LAUREEN KAPIN:

Infelizmente Iranga não vai estar conosco pelo menos por um tempo, porque vai assumir o novo cargo, quero agradecer publicamente por todo seu trabalho nesse grupo nos últimos anos, foi realmente fundamental nessas tarefas de mitigação do uso indevido do DNS, além de um excelente colega, então desejamos o melhor, parabenizamos e vamos ter muitas saudades dele.

DREW BAGLY:

Muito bem, realmente é muito difícil ocupar o espaço vazio que deixa Iranga. Eu sou Drew Bagly, e estou nesse grupo como ex-líder da equipe de divisão de CCT, quero lembrar-lhes sobre as recomendações do uso indevido do DNS que mostramos no nosso relatório final, e quero dizer também qual é a situação atual quando a resolução do board sobre a revisão do CCT. Há alguns meses publicamos o nosso relatório final, que continha 35 recomendações sobre uma ampla gama de temas que estava dentro do nosso mandato, quanto a competência, confiança e eleição dos consumidores.

Em vários casos falamos especificamente do uso indevido do DNS, porque nos foi encomendada ver as questões e identificá-las pela comunidade antes da nova rodada de GTD e ver quais as medidas de proteção para mitigar essas questões, e ver se essas medidas eram efetivas ou não para poder aconselhar a

comunidade de agora em diante quanto as medidas efetivas para mitigar o uso malicioso do DNS, essas recomendações vão de mãos dadas com outras recomendações emanadas com pleno consenso de todos os membros do nosso grupo integrado por representantes de cada uma das unidades constitutivas, as recomendações quanto ao uso indevido são sub-divididas em três categorias, primeiro melhor coleta de dados e também dados sobre os quais possam se tomar ações, depois temos um grupo de recomendações para promover e incentivar o bom comportamento na adoção de práticas contra o uso indevido por parte de registros e registradores, e em terceiro lugar recomendações que tem a ver com empoderamento do departamento de cumprimento contratual e a mobilidade na ICANN para poder combater o uso indevido sistêmico do DNS, então temos recomendações que empoderam não só o departamento de cumprimento da ICANN, mas possivelmente membros da comunidade pra poder combater operadores do DNS que tem praticas sistêmicas de uso indevido.

Então temos que ver uma reclamação em particular em oposição a um problema sistêmico, essas recomendações foram redigidas com extremo cuidado para sermos considerados com o trabalho de desenvolvimento de políticas por parte da comunidade, mas também cumprir o objetivo encomendado, faz alguns dias, o board aprovou uma resolução na qual reclama se aceita ou não

automaticamente cada uma das nossas recomendações, a nossa equipe está processando essa resolução final, então não temos uma mensagem unificada sobre todas as resoluções aprovadas pelo board a respeito das nossas recomendações, mas deve-se esclarecer quanto ao uso indevido do DNS, que as ações do board tem a ver com a aceitação das nossas recomendações e algumas delas ficam pendentes, porque se espera uma definição universal do uso indevido do DNS, e falamos isso com os líderes do grupo do CCT, e é importante esclarecer que para nós não é totalmente necessário para avançar com as recomendações, porque nós utilizamos uma definição operativa muito cautelosa e específica do que para nós é o uso indevido do DNS, então com essa definição, abordamos questões específicas, por exemplo, malware, uso e controle de botnets, fishing, forming, spam e outras questões específicas identificadas com (inint) [00:17:05] ao lançamento da próxima rodada de lançamento de novos GTLDs e permite que se possa ter medidas de proteção para abordar esse tipo de questão, e realmente deveríamos implementar essas recomendações, porque o relatório é muito cauteloso, indica de onde provem essas definições, porque são importantes, e o mais importante é que trabalhamos com estudos sobre os diferentes níveis de uso indevido dos TLDs tradicionais quanto nos novos, e com isso fizemos as nossas deliberações, quero salientar esse tema porque é muito importante essa imagem geral que estamos colocando.

LAUREEN KAPIN:

O uso indevido do DNS é um conceito muito amplo que a comunidade deveria defini-lo antes de avançar com as recomendações, e queremos esclarecer que a comunidade já ponderou as definições do uso indevido do DNS antes de que o grupo do CCT começasse com suas atividades, portanto a equipe de revisão já teve uma base sobre a qual se apoiar, esse trabalho já foi analisado pela comunidade, que o board diga que isso está em um estado dependente e é necessário mais contribuição da comunidade pra nós não tem sentido, porque essas contribuições já foram oferecidas, quero salientar o tema, porque é muito importante.

DREW BAGLY:

Obrigado Laurien, esse é o tema aqui, trabalhamos durante quase três anos utilizando a definição que a comunidade nos tinha fornecido, e utilizamos essa definição para analisar os temas, e identificamos através dos dados, problemas sistêmicos do uso indevido do DNS, e depois colocamos uma base sobre os consensos. Quando falamos do uso indevido do DNS, é importante esclarecer que encontramos áreas específicas através das quais podemos ver quais os problemas, e temos soluções para mitigar o uso indevido dessas áreas, na medida em que a comunidade tenha que fazer isso, esse é um tema

separado do que nós colocamos nas nossas recomendações, e também encorajo a todo para que consultem essas questões para o uso indevido do DNS, porque eu acho que vai ter muita importância olhando para o futuro, especialmente quando nós entramos em uma nova rodada dos GTLDs. Quando eu falei dessa ferramenta e me referi em termos gerais que o uso indevido do DNS tem uma definição que está em linha com o que utiliza com a equipe de CCT, então se fez um trabalho de uniformização e padronização.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado pela sua apresentação. Eu sou Cathrin Bauer-Bulst, e para colocar vocês na perspectiva do GAC podemos chegar até 2013 no comunicado da reunião em Beijing, no seu assessoramento, o GAC disse que tinha que ter certeza de que devíamos implementar algumas medidas de proteção antes de entregar os novos GTLDs, onde ali havia atividades de mitigação do uso indevido do DNS, especificamente recomendadas, os mesmos termos mencionados nos estudos, e as recomendações das equipes de CCT, em todos os lugares estamos tentando utilizar o uso indevido para o uso do GAC, essas proteções também foram repetidas no comunicado de Copenhagen, e ali se falava que nas próximas rodadas de novos GTLDs, a ICANN teria que considerar o resultado de todas essas atividades, inclusive a revisão de CCTs, dessa forma implementar as

conclusões e recomendações necessárias que surgiram dessas revisões, e também com base nas recomendações da equipe de revisão, talvez temos um deferimento das ações, então o GAC há uma demora quando fizemos essas recomendações esperávamos que a revisão de acabasse como trabalho formal, ou queríamos que a comunidade e a organização tomasse essas recomendações e assessoramentos surgidos nessa revisão e considerasse como implementar efetivamente antes de passar a nova rodada.

E eu acho que a resposta é óbvia, claro que tem que existir alguma medida concreta específica que surja dessas recomendações, porque essas medidas de proteção da primeira rodada talvez não possam ser suficientes para mitigar o uso indevido de forma adequada, então é importante dizer que muitas das partes contratadas, de fato a maioria, está fazendo um trabalho muito bom e evitando o uso indevido, e estão comprometidos para manter essa situação, há algumas (inint) [00:23:03] por falar de alguma forma nesse espaço, e devemos desenvolver ferramentas para tratá-las, então precisamos da evidência que permita chegar a uma coisa concreta e específica, para cláusulas contratuais que permitam que esses registros e registradores sejam desabilitados de forma adequada, o trabalho da equipe de revisão de CCT mostraram que esse serviço não funcionou muito bem em algumas situações, então

para o GAC é importante prestar atenção nesse tema do ponto de vista do assessoramento dado pelo GAC.

Eu acho que ainda temos seis minutos para tratar outro tema, que é o acesso aos dados de registo dos GTLDs, isso não é drástico, não temos tempo agora porque temos outra sessão que vai se centrar especialmente nas questões vinculadas com o WHOIS, mas como introdução a essa tema quero destacar alguns assuntos que surgiram no trabalho feito sobre o WHOIS, que são importantes do ponto de vista dos organismos de segurança pública, talvez vocês escutaram muito falar sobre essa tema, houve muita interação sobre o WHOIS, em que situação está o EPDP agora, e eu quero aproveitar essa oportunidade para destacar esses pontos, especialmente para os organismos encarregados da aplicação da lei, porque a mudança e a falta de disponibilidade do WHOIS foi um assunto crítico, depois eu vou dar um relatório sobre esse ponto, mas eu quero antecipar o resultado do trabalho das revisões, fizemos uma pesquisa nos organismos encarregados da aplicação da lei para avaliar o impacto da falta de disponibilidade dos dados sobre o WHOIS e perguntamos especificamente como o WHOIS cumpria ou ajudava a fazer essas investigações antes de 2018 e ali tivemos 97 ou 98% que dizem que pelo menos parcialmente satisfazia a sua finalidade de investigação, mas depois quando apontamos sobre atualizado, 67% disse que não conseguiam cobrir o seu

interesse porque não tinham a sua informação, então quando vemos o impacto que tem essa resposta sobre o nosso trabalho de investigação, vimos que 52% das pesquisas há demora, porque a informação não está disponível e 26% das pesquisas as investigações ficam de lado, quando vemos a natureza dos dados que se perde no espaço da internet.

Há uma demora nas investigações, e se falta o primeiro elo, geralmente a cadeia depois se quebra muito fácil, por isso temos uma série efeitos de impactos vinculados, e também tenho que destacar que quando avaliamos o trabalho da primeira rodada do grupo de estudo técnico, vamos ter também o relatório se não estou enganado, talvez amanhã há tarde, porque há um tema que eu quero apresentar aqui, que é a confidencialidade das solicitações dos organismos encarregados da aplicação da lei, isso deve ser levado em conta na segunda etapa, todos os artigos que tem que ser mantidos por razão de proteção dos dados tem que ser compatível com a confidencialidade dessas informações, claro que aqui precisamos de envolvimento das (inint) [00:26:37] governamentais, que muitas vezes não estão (inint) [00:26:40] o seu trabalho para o mundo por questões de confidencialidade, e de segurança em suas pesquisas, para comprometer cidadãos que acabam sendo inocentes, aqui também temos esse elemento de privacidade do uso final,o terceiro elemento, é que podemos assegurar de que existe uma

busca inversa, ou seja, depois de vender e identificar um ator inadequado, digamos que utilizou o software malicioso e temos informação de quem está por trás desse nome de domínio, podemos ver quais são os outros diretórios que estão utilizando esses criminosos para distribuir essa informação, então no espaço de domínio não estamos jogando um jogo de fazer uma coisa por vez, mas sim precisamos de uma rodagem sistemática, para apresentar os processos que estão em andamento agora, e vamos entrar em detalhes depois, temos que falar da segunda etapa do EPDP, vamos falar das normas que vão reger os acessos aos dados do WHOIS, também outro processo muito importante é o trabalho do grupo de estudos técnicos que está analisando formas de implementar políticas utilizando o protocolo da (inint) [00:27:54], que é o novo protocolo para acessar os dados, isso é importante para ganhar opções para implementação e também podemos informar o processo de desenvolvimento de políticas e essas opções podem levar mais vantagem do ponto de vista da privacidade do que poderia ser mais evidente quando se desenham as políticas, então da perspectiva da proteção de dados, as limitações técnicas são muito importantes, e outro processo em andamento é a implementação do serviço de habilitação de privacidade de apresentação ao proxy, como vocês sabem, isso se estabelece através de um meio que não está necessariamente retido pelo contrato, como que estão no vácuo, já se trabalho e se completou esse trabalho, agora a

implementação está um pouco pendente dependendo do que aconteça com o WHOIS, mas por sua vez esses serviços continuam existindo, e agora aparece a pergunta se devemos avançar com independência e que exista uma conclusão do trabalho sobre o EPDP, esses são todos os temas que vamos ter que considerar ao longo do dia.

Estamos justos no tempo, e não temos tempo para perguntas, mas vamos continuar trabalhando com esse tema na próxima sessão do GAC e vamos nos concentrar agora no WHOIS, quero agradecer a todos por acordar cedo e por estar aqui, e pelo interesse em nosso trabalho, e depois que acabarmos esse cenário podem se aproximar para realizar qualquer pergunta. Muito obrigado e bom dia.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Muito bem, vamos ocupando os espaços, enquanto isso eu peço aos membros do grupo reduzido do GAC que se ocupam do EPDP, que por favor cheguem aqui até o painel.

Muito obrigado pela paciência, bom dia de novo, bem vindos a essa primeira sessão plenária no dia de hoje sobre o tema do WHOIS e a proteção de dados, espero que a primeira sessão do dia tenha ajudado a todos a estar atualizados no tema, e agora devemos continuar com esse debate, para estarmos preparados e podermos dar um texto para o comunicado, e também para

começar nossa conversa com o board na reunião que vamos ter ainda hoje, numa possível declaração junta com a ALAC, porque eles também manifestaram seu interesse de que alinhemos nosso pensamentos e que possamos ter uma declaração conjunta na reunião na qual vamos manter com o ALAC no dia de amanhã, também a nossa resposta a carta do board da ICANN que foi enviada em 8 de março, onde formalmente sancionam que a GNSO tinha aprovado todas as recomendações de políticas desenvolvidas durante o EPDP, e as recomendações adotadas foram publicadas para esse haver para comentários públicos, para que o board tomasse algum tipo de medidas, ou antes de tomar essas medidas, o board vai considerar esses comentários na hora de ver a aprovação de recomendações do EPDP, e reiteramos que no caso de que o GAC considere que existem questões de políticas públicas (inint) [00:32:41] com essa recomendações, vai dar o seu assessoramento a respeito, de acordo com o que estabelecem os estudos, isso é o que tem a ver com a carta do board para o GAC, finalmente temos que acordar a participação do GAC na implementação da etapa 1, para que a equipe de revisão correspondente, e como vamos continuar participando durante a segunda etapa.

Talvez agora posso passar a palavra para algum colega, entendo que temos uma apresentação. Cathrin, eu passo a palavra a senhora.

CATHRIN BAUER-BULST: Muito obrigado, bom dia.

Eu sou Cathrin Bauer-Bulst, não faço parte do EPDP, e sim só grupo reduzido do GAC e queremos compartilhar com vocês esses temas que aparecem aqui na agenda, as mensagens nas sessões intercomunitárias, que eu acho que muitos de vocês presenciaram ontem, ali se destacaram algumas das opiniões compartilhadas, especialmente vendo a chegada da etapa 2, também vamos falar da etapa 2 do EPDP, e as possíveis prioridades do GAC durante essa etapa, e vamos concluir finalmente fazendo um resumo das novidades sobre os últimos acontecimentos, como a solicitação da ICANN ao GAC para dar informação sobre o impacto nos organismos encarregados da segurança pública e outros organismos governamentais que possam precisar estar habilitados para acessar os dados que não são públicos, então vamos passar aos recados que recebemos na sessão de ontem.

Temos aqui essa primeira lista, eu vou começar falando dela, mas talvez Ashley queira fazer algum comentário, porque também esteve presente nessa sessão.

Eu quero contar que discutimos a etapa 2 do EPDP, e os membros de todas as partes da comunidade apresentaram os seus pontos de vista sobre quais seriam as prioridades e que

preocupações tem da fase 2 e o que poderíamos fazer para fazer o avanço fluir, e vários participantes de fato destacaram que existe necessidade de ter um prazo específico para etapa dois com diferentes pontos, aqueles que trabalharam no EPDP e os que foram responsáveis por uma grande carga de trabalho na etapa 1 manifestaram alguma cautela quando falaram que não há a possibilidade de continuar com a etapa 2 no mesmo ritmo do que na etapa 1, também é necessário definir um alcance mais limitado, (inint) [00:36:08] um ponto específico que foi destacado tem a ver com a habilitação, o credenciamento, uma vez fixada essas regras para acessar os dados que não são divulgados publicamente do WHOIS, e como vai acontecer esse credenciamento, no painel surgiram algumas perguntas de como esse trabalho estará dividido entre as entidades que procuram habilitação e credenciamento que poderiam estar envolvidas no desenvolvimento de códigos de conduta para suas respectivas comunidades, e sim no trabalho de conduta do EPDP, então em que medida a etapa 2 vai ter que se ocupar também e definir critérios de habilitação e credenciamento, isso levando de novo ao tema do alcance, onde colocamos a linha para ver onde termina o trabalho da etapa 2 e onde começa o trabalho em outras partes da comunidade, ou fora da comunidade, alguns participantes mencionaram a possibilidade de desenhar códigos de condutas como instrumento específico estabelecido no GDPR da união europeia, que permita as

entidades como as associações profissionais, os organismos profissionais desenvolver regras para proteção dos dados, que tem a ver com o tratamento deles, então essas foram iniciações básicas, que podem justificar seus membros conforme seus códigos de conduta, e da perspectiva das autoridades encarregadas da proteção de dados, e isso apresenta uma certa quantidade (inint) [00:37:45] para ver como se tratam esses dados, e que ferramentas são utilizadas, então os participantes estão interessadas em (inint) [00:37:53] esse tipo de instrumento na etapa dois, o seguinte ponto tem a ver com a cyber segurança e o cumprimento da lei, a necessidade de que exista um referenciamento cruzado quando se encontram dados por trás de um website que estão compartilhando material abusivo, algum outro tipo de materiais ilegais, como podemos saber os nomes de domínio para os quais se utilizou os meios de informação para ter uma abordagem sistemática para poder baixar essa rede, também houve uma referência ao reconhecimento ou a necessidade de reconhecer os direitos dos usuários finais, esse direito para que eles saibam com quem estão começando um dialogo online, isso inclui o usuário normal que navega pela internet, ou que tem acesso ao nome de domínio e muitas vezes não sabem com quem está interagindo, isso não será captado no mecanismo de certificação e habilitação e credenciamento, porque como usuário médio, a pessoa não vai ter a atividade profissional relacionada com os

dados do WHOIS, portanto não vamos começar um processo de credenciamento pra ver quem está por trás desse nome de domínio, então a pergunta seria justamente como tratar justamente esses usuários que realmente direito a saber com quem está interagindo, essa é uma preocupação legítima também do ponto de vista dos consumidores, alguns participantes sugeriram que poderia se considerar várias opções para implementação, formas práticas de implementar a política, e que deveriam ser consideradas na etapa dois para informar o desenvolvimento de políticas, e para que não exija tanta demora entre o encerramento do desenvolvimento de políticas e implementação em si, essa política, entre outros eu mencionei a necessidade de ter um assessoramento jurídico firme no começo da segunda etapa, para nos assegurar de que essas políticas tenham o apoio do assessoramento legal, para que possam ser redigidos de uma forma que cumpra todas as formas da lei sobre a privacidade de proteção de dados no mundo todo, e que depois também as autoridades encarregadas do tratamento de dados e a proteção dos dados também possam ter esse tipo de orientação, e finalmente a necessidade de administrar os riscos de prestação de contas ou responsabilidade, que caberia as partes contratantes, levando em conta os riscos legais inerentes a implementação das leis sobre a privacidade e proteção de dados, para ter um tratamento legítimo dos dados.

Vou parar por aqui, não sei se a Ahsley quer fazer algum comentário, ou Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH:

Bom dia a todos. Dois ou três comentários relativos ao grupo reduzido, até julho de 2018 esse grupo estava constituído por seis pessoas ou sete, três titulares e três suplentes mais algumas pessoas de apoio, se concentrava nas atividades do EPDP para que tenham uma ideia das ações do EPDP de um grupo reduzido, tenho que dizer que isso leva umas seis horas de trabalho por dia, tivemos reuniões de duas ou três horas por semana, outras vezes haviam reuniões duas vezes por semana com grupo reduzido, e sempre houve troca de centenas de e-mails, e tínhamos as vezes que re-enviar e-mail para substituir o anterior, esse é um trabalho muito difícil, agora estamos nos preparando para começar com a fase 2 que é mais complexa que a número 1, por enquanto não temos um presidente para o grupo, estamos procurando, ter um presidente talvez para o final de abril, na reunião do EPDP, essa reunião não vai começar antes de abril.

Agora temos que ver como vamos agir, houveram deliberações ontem sobre medidas jurídicas, estive quase pra dizer pra não contar com essa assessoria para começar a trabalhar, se vocês puderem ver a lista que ofereceu Cathrin e todo o grupo, há

atividades que não precisam da espera jurídica, podemos começar trabalhando sobre muito desses aspectos sem isso, e relativo a assessoria jurídica, primeiro devemos identificar quais as áreas que precisam da assessoria jurídicas, e passo a passo temos que ir pedindo essa assessoria, tivemos essa experiência na transição dentro do âmbito do ICG, onde esperávamos contar com a assessoria jurídica em alguns casos, e depois percebemos que havia que rever esse assessoramento com posterioridade, se deve identificar as áreas onde não é necessário para poder trabalhar imediatamente, e depois para poder ver o alcance, isso não deveria ser deixado a critério do estudo jurídico, teríamos que perguntar qual o seu assessoramento e nós estabelecermos o âmbito de aplicação, referente a reunião, essa ideia de que o ritmo na fase 2 não será igual a fase 1, talvez não sejam sete meses, talvez seja mais extenso, nove meses, um ano, talvez não seja possível estabelecer prazos, acho que precisamos ter uma data alvo, embora não seja possível dar uma data exata, dissemos ontem que se estabelece um prazo e não se cumpre, quais as consequências, temos que ser cuidadosos, ter uma data e na medida que avança o trabalhos tentaríamos ajustá-lo, então temos muito trabalho complexo pela frente, o tema não é muito conhecido, não sabemos se todo trabalho constitui uma única unidade, ou múltiplas unidades menores, ou módulos, se podemos começar a trabalhar em alguns módulos ou esperar que todas elas estejam operacionais, podemos começar a

trabalhar com alguns e ver quais as reações, ou se temos que esperar até o final do processo, esses são os tipos de discussão que temos que ter, temos uma tarefa enorme para fazer nesse grupo, daqui há um ou dois anos, mas temos que ter cuidado com relação a credibilidade com os instrumentos distribuídos pelo GAC para implementar o que nós queremos, para nós essa é a parte mais importante para o projeto, modelo de acesso, devemos ser cuidadosos, e fazer as provas passo a passo.

GEORGIOS TSELENTIS: Também queria me referir brevemente aos sistemas e mostrar o meu acordo ao que foi expresso por Cathrin e Kavouss, temos um projeto muito completo na nossa frente, mas temos que atribuir um objetivo, uma meta que seja como um faro nos guiando, e que nos dê uma ideia do que queremos conseguir, esse é um pedido que fazemos, porque ao mesmo tempo na sessão anterior isso foi mostrado, temos muitos temas que não estão bem tratados pela situação na qual estamos agora, então agora temos algumas partes do WHOIS de informação, e temos que lidar com a informação omitida, portanto devemos estabelecer um prazo claro, uma data tentativa, se temos que modificar essa data tentativas, temos que ver que uma coisa é mudar de data e outra é não saber qual o limite de tempo e trabalhar com isso, como aconteceu com muitos EPDP na ICANN, com relação a assessoria jurídica, posso dizer que é útil,

que aprendemos muito do processo na fase 1, como colocamos as perguntas, é muito importante, quando formulamos as perguntas temos que ter cuidado, temos experiência nesse sentido, e acho que podemos fazer um melhor trabalho na fase 2, acelerar um pouco os tempos, um tema importante apresentado pelo grupo de trabalho e pelo grupo técnico tem a ver com o credenciamento, se espera que haja muito trabalho a fazer ali com relação a quem são os organismos de credenciamento, quais vão se encarregar desse credenciamento, essas são perguntas muito importantes que devem ser respondidas, mas considero que como se disse, vamos trabalhar com um ritmo bastante acelerado, aprendemos muito, então também podemos avançar mais rapidamente na fase 2.

ASHLEY HEINEMAN:

Vou ser breve, porque meus colegas fizeram referencia aos temas importantes, voltando a questão de ter um alcance limitado e bem definido, acho que isso é critico, porque como já se disse, há uma preocupação continua sobre a responsabilidade jurídica, o que se entende, mas isso parece afetar todo o resto, e torná-lo mais complicado do que o necessário, vamos ver o credenciamento, não vou entrar em detalhes técnicos, mas ele é o processo no qual terceiros tem que elucidar como se credenciam a si próprios, e se isso tem que ser feito através de algo muito detalhado no EPDP, não fica

totalmente claro, pode assumir muito tempo, eu vejo como um processo em paralelo que pode ser desenvolvido, isso não quer dizer que não tem importância para o EPDP, mas podemos nos concentrar mais em princípios mais gerais, esse é um exemplo, vai ser difícil porque mais uma vez se dá a percepção de que as partes contratadas tem uma responsabilidade jurídica, pelo menos através desse esquema que nos foi apresentado com possível modelo, temos que encontrar maneiras construtivas e aliviar as preocupações, quando falarmos sobre o que pode fazer o GAC, vou entrar nesse tema.

LAUREEN KAPIN:

Quero adicionar algo sobre a responsabilidade legal, eu sempre trabalhei no setor privado, e nem sempre trabalhei no setor público, se não sempre é o setor privado que está no meu currículo, mas as empresas sempre se preocupam com a liability, sabemos que não existe uma situação isenta de riscos, o que tentamos fazer é avaliar os riscos e acho que nesse processo devemos avançar sabendo que nunca vamos conseguir uma situação isenta de riscos, mas podemos estar informados sobre os riscos razoáveis.

KAVOUSS AARASTEH:

Além do acesso unificado, também há outras atividades que foram diferidas para a etapa 2, o tema de pessoa física versus

peessoa jurídica, que não fica totalmente claro qual a situação geográfica a respeito dos dados, a edição ou eliminação de parte dos dados, que também deve se seguir tratando, em alguns casos o texto não está claro, e o relatório disse que o registro registrador deveria fazer tal coisa, e depois diz que não são obrigado, então esses temas foram adiados da etapa 1 para 2, e temos que começar a trabalhar sobre esses temas, no que diz as pessoas físicas versus pessoa jurídica, para esse tema precisamos de assessoria de advogados, temos que ver por exemplo, como encontrar uma maneira certa de tratar esse tema, então eu sugiro começar com a etapa 2 e breve, e quando tivermos a nossa próxima reunião, poderemos enfatizar que podemos começar imediatamente sem esperar assessoria jurídica, isso é muito importante, essa é a minha percepção pessoal, vejo que no grupo não há um sentido de urgência quanto ao acesso unificado, posso estar certo ou errado.

Mas no GAC isso é muito importante, entretanto, nem todos compartilham nosso ponto de vista, então é uma tarefa muito difícil, nós sabemos que temos somente três membros do GAC e há outras unidades constitutivas que tem seis, temos seis pessoas de um grupo, e por outro lado três do GAC, então imaginem o quão difícil é essa tarefa, não queremos modificar a carta orgânica do grupo, mas a situação é essa, talvez através da intervenção da nossa distinta presidente, os membros suplentes

do GAC poderiam ter a capacidade de ação de um membro titular, para compensar essa situação de desigualdade, isso poderia ser procurado para abordar essa situação, estamos em uma situação que não é nada ideal para nós, e as vezes temos que discutir muito todos esses temas, agradeço sinceramente a tarefa do Fabian, ele nos ajuda a trabalhar, prepara documentos, informação, e passamos ele de um lado par ao outro com todo o trabalho que tem pra fazer, mas é muito amável, paciente, e prepara todos os documentos para nós e agradecemos, além disso houve reações unificadas desses grupos reduzidos, quer dizer, temos que ser ou ter uma resposta unificada nesse grupo reduzido, como uma resposta do GAC.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Muito obrigado a todos por esse trabalho tão importante que estão realizando, não apenas os membros do grupo, mas também Fabien nesse processo tão complexo, também agradeço esse slide que temos ali, porque responde a minha próxima pergunta, quais as mensagens chave que o GAC deve transmitir no comunicado ou diante do board ao pronunciarmos a resposta sobre esse tema, alguém pode falar sobre essas mensagens chave que vemos na tela e depois receber comentários dos colegas do GAC que queiram participar?

LAUREEN KAPIN:

Essa é uma lista preliminar, essa sessão é exatamente para obter seus comentários sobre esses temas, é uma lista em desenvolvimento, é necessário definir um prazo claro para conseguir esse resultado de forma expeditiva como disse Kavouss, e meus colegas em caráter de engenheiro, precisamos de metas a conseguir uma metodologia de trabalho com balizas e com prazos que podem ser modificados se for necessário, mas precisamos dessas balizas parciais, depois também precisamos de um plano no qual sejam definidos e limite nosso escopo de trabalho, e realmente se deve ser muito rigoroso para exigirmos a esse alcance e ao que realmente é necessário, que definimos nessa alcance de trabalho para poder conseguir o primeiro objetivo, que é alcançar o resultado de forma expeditiva, em terceiro lugar surgiram muitas questões complexas na etapa 1, que foram diferidas para a número 2, umas dessas questões tem especial importância, e tem a ver com a assessoria em muitos comunicados do GAC quanto a diferença entre pessoas físicas e pessoas jurídica, o GDPR é muito claro sobre a proteção da informação das pessoas físicas, essas proteções não são aplicadas para pessoa jurídica, com o qual o GAC deu assessoria indicando que o público deveria ter direito de acessar aos dados das entidades jurídicas das pessoas jurídicas, poder ver os dados de registro de pessoas jurídicas que são titulares de nome de domínio, isso é muito importante para o interesse público em geral, com o qual ali poderíamos fazer novamente mais o nosso

assessoramento, acho que esse é o momento de receber os seus comentários, pontos de vista, no que diz respeito ao processo expeditivo de desenvolvimento de políticas que parte da mensagem gostariam de colocar em relevo no comunicado do GAC, então eu fico calada para escutar vocês.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Pode se apresentar (inint) [00:59:30].

Nós temos um serviço chamado anónimos.com, é um serviço de privacidade e representação, como podemos tratar esse serviço de privacidade e representação quando o titular desse serviço de representação do registratário de nome de domínio é uma pessoa jurídica, eu me refiro por exemplo a se o registrador vai ter que guardar o registro do titular do nome de domínio e se através de ma solicitação de dados dos organismos de cumprimento da lei, esses dados seriam divulgados, ou seja, quero saber se vai mudar o funcionamento desses serviços de proximidade e representação proxy se forem implementadas as políticas.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado pela pergunta. De fato queremos ouvir as perspectivas do membro do GAC sobre o que podemos incluir no texto do

nosso comunicado, portanto acho que a sua pergunta está dirigida a outros dos colegas aqui presentes.

GEORGIOS TSELENTIS: Não posso dizer como vai acontecer o que você colocou, mas posso dizer que uma das questões diferidas para a etapa 2 que faz parte das nossas recomendações, e essa é uma das deliberações que teremos na etapa 2.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Então a coisa realista seria não ter qualquer expectativa que os registradores divulgassem a informação de contato disponível através do proxy do WHOIS?

LAUREEN KAPIN: O senhor pergunta uma coisa que ainda não foi decidida, então é muito difícil esclarecer isso, agora seria maravilhoso que os nossos colegas do GAC fizessem os seus comentários sobre o EPDP para ir redigindo o texto do nosso comunicado, eu sei que os membros do público tem perguntas, mas essa sessão é para rever comentários dos membros do GAC sobre o EPDP.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: A comissão europeia solicita a palavra.

COMISSÃO EUROPEIA: Nós estamos a favor, apoiamos esse trabalho quanto as políticas que tem a ver quanto aos dados de registo, com o tema também da retenção, publicação e reunião de informação precisa sobre os nomes de domínio e os registatarios, nós vamos continuar apoiando o trabalho do EPDP, e também queremos parabenizá-los por esse trabalho realizado, e também pelo trabalho do EPDP, mas deve passar alguma coisa mais operacional, em primeiro lugar é importante incluir essas recomendações, por exemplo, a número 18 sobre a divulgação licita de dados de registo sem carácter público, então temos que ver também que recomendação surge a partir das questões deferidas a etapa 2, em segundo lugar é importante finalizar a tarefa para conseguir um modelo de acesso unificado, e também a palavra unifica é como isso apareceu, das deliberações sobre esse tema, é importante que o mesmo modelo seja aplicado a todos os registos e regitadores para ter métodos de trabalhos estáveis e previsíveis quanto ao acesso de dados de registo, eu não vou reiterar tudo que já se manifestou, mas é importante planejar todos o trabalho da etapa 2, também é importante o papel dos assessores letrados, isso já foi incluído nos comentários do GAC, é importante ter uma análise ou fazer uma análise jurídica das recomendações atuais para ver se estão em concordância com os critérios do EPDP, devemos solicitar essa assessoria letrada assim que possível para etapa dois, com todo prazer vamos contribuir para essa tarefa, por outra parte, o

modelo de acesso do RDAP que desenvolveu o grupo de trabalho técnico, é uma coisa positiva, porque realmente apresenta as possibilidades técnicas, e queremos continuar com esses diálogos entre o setor de políticas e o setor técnico, inclusive depois de concluir o seu trabalho do grupo de estudo técnico.

Também apoiamos o trabalho do GAC quanto as recomendações do EPDP, e nós na qualidade de comissão europeia vamos continuar dando orientação a próxima etapa, em primeiro lugar, não devemos ampliar e só propor as funções da ICANN com os interesses de terceiros que querem acessar os dados, isso já foi mencionado pelas autoridades de se encaminhar a proteção de dados, também devemos nos concentrar no artigo 61F do GDPR e sua aplicação e os requisitos correspondentes para haver os direitos fundamentais e as proteções fundamentais daquela pessoa que é sujeito de dados, Cathrin ontem mencionou o tema das transferências internacionais de dados, se temos um modelo de acesso que significa a transferência internacional, o que inclui e deve ser alinhada conforma o GDPR, e também deve se esclarecer as funções da ICANN e as partes contratadas, ajuste de proteção de dados e também como manifestaram seus funcionários, deve ser levado em conta isso também, tem a ver com a recomendação 19 do relatório do EPDP, e finalmente também é uma boa ideia ter uma declaração conjunta com o ALAC e outros membros da comunidade, como falou um

representante do SSAC ontem, seria bom trabalhar com esse grupo de forma conjunta nessa iniciativa. Obrigado.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Muito obrigado a comissão europeia, e sim, também confirmo que na primeira sessão que tivemos aqui com os presidentes da SO/AC, manifestei a posição do GAC sobre a etapa 2 e os representantes do SSAC também deram seu total apoio, então talvez depois de fazer uma declaração com a ALAC podemos entrar em contato com o representante do SSAC para ver se podem participar dessa iniciativa.

KAVOUSS ARASTEH: Com respeito a pergunta de serviço de privacidade e representação apresentada pelo senhor aqui na sala, essa é uma questão que continua pendente, há uma página do relatório 186 onde está essa informação, eu recomendo de forma amável que leia ela e apresente seu comentário no período de comentários públicos que ainda está aberto, ainda temos 33 ou 34 dias para apresentar comentários, podem fazer em nome pessoal, da forma que o senhor considerar, mas por favor, realize o seu comentário, porque dessa forma podemos levá-lo em consideração, agora esse relatório ainda está sujeito a comentários públicos, uma vez que recebamos e incorporemos os comentários recebidos, vamos apresentar o relatório perante

o board da ICANN, e depois da sua aprovação passará a ser uma política de consenso, ainda não chegou essa instância, precisamos dos seus comentários públicos, é muito importante, contar com seus comentários, mas pra nós nesse grupo reduzido, é importante o seguinte, sempre recebemos perguntas e tentamos preparar nossas respostas, compartilhamos com os líderes do GAC e os líderes do GAC compartilham com vocês e vocês tem que responder, agora se dentro de 48 horas ou prazo parecido não recebamos nenhuma resposta, isso significa pra nós que vocês estão de acordo, e nós queremos representá-los, não estamos representando um governo em especial, estamos representando todo o grupo, e se não temos um comentário em relação a sua parte, é muito difícil fazer essa tarefa, porque nos baseamos na comunicação com os líderes do GAC, então por favor, nos ajudem nessa etapa 2, nós vamos ter que responder muitas perguntas, e para isso vamos precisar das suas contribuições e opiniões, senão não podemos avançar como corresponde, obrigado.

MANAL ISMAIL, GAR CHAIR: Obrigado Kavouss, algum outro comentário? Sim, Belgica.

BELGICA: Eu quero agradecer aos interpretes pelo trabalho que fazem, e também agradecer ao GAC por apresentar uma interpretação

simultânea, também convido todos os representantes do GAC que se manifestem no seu próprio idioma, eu não sei se deveríamos mencionar esse ponto aqui, mas eu quero saber se na etapa 2 vai ser resolvida essa questão sobre os dados das pessoas jurídicas, e se vai existir alguma diferença com as pessoas físicas, o RPGD enquanto a proteção da vida privada e pública dos indivíduos, não há qualquer objeção para publicar os dados que apresentam as pessoas jurídicas ou empresas, eu não sei se é uma coisa que deveríamos tratar de novo, já foi mencionada em várias recomendações do GAC, várias gestões do GAC.

Mas eu acho que deveríamos resolver essa questão, e que façamos essa diferença, antes de ontem eu perguntei aos registrados, então não vejo porque isso parece complicado, é um processo longo, eu sei, vamos ter que interrogar os diferentes clientes e empresas, mas não é tão complicado, e como eu disse ontem, é importante para os consumidores e os cidadãos poderem identificar a localização geográfica por exemplo, de uma empresa com a qual queira ter uma relação contratual, a segunda parte é uma repetição do que a comissão europeia mencionou, a questão que tem a ver com as responsabilidades ou prestação de contas, a legalidades dos processos que se implementam e os modelos que se propõem, tudo isso é importante, não é porque estamos passando por um processo

de credenciamento e habilitação que vamos abrir mão das nossas responsabilidades, também deve existir um processo contratual, não só entre a ICANN e o serviço de habilitação e credenciamento, mas entre os registros e os terceiros de confiança habilitado, porque a responsabilidade final corresponde ao controller, muito obrigado.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Belgica. Kavouss, Ashley e Cathrin solicitaram a palavra.

KAVOUSS ARASTEH: Muitas perguntas que a senhora apresentou já estão aqui tratadas nesse manual, nas recomendações, por exemplo, na página 148 até 151 há um resumo das recomendações e dos temas, a senhora deveria ver esse ponto para saber se quer fazer algum comentário sobre algum desses aspectos, por exemplo, a recomendação 16 se refere a localização geográfica, outra recomendação que faz referência a pessoa física enquanto oposição da jurídica, então veja as páginas, tome o tempo que lhe interessar, faça um comentário nesse período, se quer entrar em contato conosco do grupo reduzido, não tenha dúvidas, nós vamos tentar incorporar o seu comentário e Fabien vai preparar isso, todos os temas estão ali, pode recorrer essa informação, não ficou nada fora, a questão é que não há uma resposta

completa, todos esses temas, alguns tem resposta e outros não, mas também verão aqui que é uma das área que não chegamos a um consenso, há uma preocupação quanto alguns assuntos ou temas em algumas unidades constitutivas, mas também leia por favor a declaração geral do GAC, se bem não objetamos a aprovação desse documento, o que fizemos é manifestar a nossa preocupação quanto a cada uma das recomendações, isso está a disposição, qual é a visão do GAC com respeito a cada uma dessas recomendações, muito obrigado.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Passo a palavra para Ashley.

ASHLEY HEINEMAN: O senhor e a senhora apresentaram muitas perguntas interessantes, e todas foram vistas de formas muito exaustivas, é muito difícil tratar cada uma delas, as entidades jurídicas não estão protegidas na virtude do GDPE, então pra mim a resposta pra mim é bastante direta, mas o que aprendemos no processo é que os registradores estão procurando nome de domínio, não foram muito constantes em preencher esse campo correspondente, então os registradores estão preocupados, e a partir de 25 de maio não possam deixar a disposição do público essa informação, dessa perspectiva isso é um pouco difícil de definir, como grupo manifestamos e decidimos que quando

avançamos com a nova registoção existiria mais informação e muito mais experiência para os registadores, quando preenchem esse campo, e estão indicando que essa é uma organização e essa informação estará disponível para o público, por sua vez, as registoções nas datas seriam mais difíceis de comandar, e vai levar mais tempo, mas estou com o compromisso de analisar esse tema e que aconteça de tema gradativa, mas eu concordo totalmente com seu ponto de vista, vai melhorar com o tempo.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Fala Cathrin, depois Georgios quer fazer também uma referência ao tema, passo a palavra então a Cathrin.

CATHRIN BAUER-BULST: A respeito o que manifestaram sobre pessoas jurídicas, com o DPA holandesa nós analisamos esse tema, e havia uma pergunta específica, pode existir um espaço para indicar que é uma companhia e que a autoridade de proteção de dados disse que isso é suficiente para publicar esses dados, então nesse tema já temos uma orientação específica, então é só uma questão de tempo.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Cathrin. Georgios.

GEORGIOS TSELENTIS: Sim, fazendo uma referência ao mesmo tema, houve uma pergunta feita ao letrado, do ponto de vista das partes contratadas, se todas as partes contratadas são responsáveis quando se divulgam dados, que foram identificados de forma incorreta como pessoa física, se há alguma responsabilidade, a resposta foi que é necessário apresentar alguma evidencia de que há riscos quando a instituição marca esse espaço dizendo que não é uma pessoa física, então devemos ser muito cautelosos quando se marca esse espaço no formulário, e também ontem mencionamos alguns comentários sobre a exatidão dos dados, e como o fato de que esses são dados não certos, não reais, afetam o nosso trabalho, e estamos um pouco decepcionados e se levou em conta esse tema de exatidão.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Georgios. Alemanha, desculpa esperar.

ALEMANHA: Obrigado senhora presidente, bom dia a dia a todos. Eu gostaria de fazer dois comentários com respeito ao tema da responsabilidade e assessoramento jurídico, sob o nosso ponto de vista é muito difícil chegar a uma solução a esse tema, temos que superar todos os problemas mas a responsabilidade no caso

dos riscos não pode ser considerada uma desculpa para não fazer nada, isso tem que ficar bem claro, os riscos sempre podem ser tratados, não há qualquer âmbito na vida que esteja isento de riscos, e eu quero apoiar o que disse Laureen, isso me leva ao meu segundo comentário com respeito ao assessoramento jurídico, esse assessoramento sempre está a disposição e estou de acordo que não temos suficiente assessoramento jurídico, eu escutei ontem os participantes na sessão intercomunicaria, e eu fiquei com a impressão de que estava sendo criticado o fato de que não estávamos dispostos a envolver as autoridades de proteção de dados, e isso não é certo, eles sempre estão disponíveis para começar o dialogo, uma conversa, especialmente dentro do meu ministério, e eu posso confirmar que estaremos dispostos a qualquer momento para dar assessoramento caso seja necessário, a nossa situação é muito claro, porque na Alemanha o ministério do interior, a casa civil não é o único ministério que ocupa-se dos assuntos do cumprimento da lei, mas também de proteção de dados, então para nós, isso é bem claro, nós temos que considerar ambos os lados da questão, devemos considerar as vantagens e desvantagens e encontrar uma solução criativa, portanto eu posso confirmar que estamos dispostos a fazer a nossa contribuição, e eu tenho certeza também que outros vão fazer da mesma forma e que vamos poder amenizar esses riscos, obrigado.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Alemanha. Algum outro comentário ou reação?

KAVOUSS ARASTEH: O tema da exatidão dos dados que menciona Georgios foi tratado várias vezes dentro do grupo, e de fato, chegamos a uma porcentagem de dados inexatos, isso não significa que o dado não tenha sido tratado, mas ainda não se decidiu com respeito a como tratar essas inexatidões.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Cathrin.

CATHRIN BAUER-BULST: Obrigado Manal e Alemanha por seus comentários, eu quero apoiar esses comentários e quero comentar que de fato estamos falando de que os riscos legais não pode ser eliminados, mas as partes contratadas vão ter um recurso público a seu dispor, que é a internet, e tem que conseguir licença (inint) [01:21:40] para seus próprios benefícios comerciais, então quando tem acesso a esse recurso da internet, isso vem também com alguma responsabilidade, eu acho que vale a pena reiterar que pode existir alguns riscos inerentes, mas isso faz parte do modelo de negócios, então portanto vamos ter que aceitar, porque não vai

desaparecer com independência, e da forma em que se desenvolve essa política.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Cathrin, algum outro comentário? Se não houver comentários, mais uma vez confiamos em vocês para que nos dêem algum texto para o comunicado, e aos colegas que expressaram suas opiniões, quero garantir que tudo isso foi considerado, e que todos os seus comentários vão ser refletidos, há um documento no Google Docs na página URL que terão recebido na suas caixas de e-mail, para ir compartilhando o texto que vai ser tratado no comunicado, vamos começar no final dessa tarde o debate sobre o comunicado, então por favor, comecem a compartilhar os textos, e falem com outros colegas se estão interessados em falar sobre o tema, se não houver mais comentários.

KAVOUSS ARASTEH: Agradeço os esforços de Fabien, mas também esqueci de falar sobre Gulden Tepe que também deu um apoio muito importante ao grupo, e há muitos outros integrantes do pessoal da ICANN que nos fornecem assistência.

MANAL ISMAIL, GAR CHAIR: Obrigado Kavouss, realmente temos um apoio excelente, tanto dos que estão aqui no painel, quanto daqueles que estão atrás, que são os cinco fantástico. Vamos passar ao próximo slide, Ashley, quer começar?

ASHLEY HEINEMAN: Muito obrigada.

No que diz respeito a como o GAC pode proceder de maneira construtiva, quero lembrar a todos que houveram várias solicitações do GAC que não foram respondidas, e talvez isso poderia contribuir ao trabalho que estamos fazendo aqui, também a equipe de revisão da fase 1, quero lembrar-lhes em que em agosto de 2018, a ICANN emitiu uma versão preliminar de um marco para um possível modelo de acesso unificado, ali havia muita informação, e entre essa informação, havia uma recomendação para um código de conduta que seria necessário em qualquer modelo de acesso, e ao GAC foi solicitado que assistisse esse processo em nível geral, se reconhece que em diferentes grupo e terceiras partes vão ter que ter seu próprio código de conduta, mas aqui o GAC poderia iniciar esse processo e ter um papel mais motivador, aqui nos diferentes itens podem ver no que se apresentou ao GAC identificar categorias amplas de grupos de usuários elegíveis, as entidades encarregadas de segurança da lei, um dos tipo, e outros tipos de titulares de

identidade intelectual, e aqueles com conhecimento especializado pra identificar, e o que se vê com a WIPO é que poderia ser um organismo de alta indicação para os titulares de direito de propriedade intelectual, o GAC poderia desenvolver termos em medida de proteção normalizadas, que sejam comuns em todos os códigos de conduta e realidade, embora hajam outros códigos de conduta, isso seria um ponto de contato com o GDPR, para que fique bem claro quais as alternativas e como um código de conduta tem que cumprir com as condições do GDPR, e leve uma lista as autoridades credenciadas, mas o importante é que todos podemos desempenhar um papel para facilitar a comunicação, e também para garantir a credibilidade, voltando ao tema principal, as partes contratadas estão preocupadas pelas responsabilidades legais, e tudo quanto o GAC possa fazer como representante de governos para que essas partes estejam mais confortáveis com o exercício, mas ser percebido como algo construtivo, eu coloco isso para que pensem como podemos iniciar alguma atividade nesse sentido entre as reuniões, e como começar a dar algumas ideias depois de Kobe.

O CEO da ICANN mandou uma carta ao GAC para ver como minimizar os dados para os controladores de dados, ou seja, partes contratadas, e visava a contribuição dos governos europeus, gostaria de participar mas não sei o quão incrível será

a informação dos Estados Unidos para o regulamento que provem da Europa, agora se fez circular essa carta e a Alemanha mostrou sua vontade de fazer envolver o governo e responder essas perguntas, acho que seria muito construtivo contar com essa assistência nesse processo, talvez não resolva todos os problemas, mas todo tipo de clareza que se possa adicionar para que as partes contratadas se sintam mais confortáveis com esse processo vai ser de grande utilidade, então eu coloco isso e com certeza vamos continuar trabalhando com isso.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Ashley algum comentário sobre isso? Certamente podemos passar a carta aos colegas do GAC. Obrigado Fabien. Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH: Eu não falei com meus colegas, quero colocar isso para que pensem, talvez seja necessário que durante a segunda fase entre as duas reuniões presenciais do GAC, tenhamos que ter uma reação completa não em forma de assessoramento, mas sim por parte do GAC. É possível que tenhamos que fazer uma ligação em conferência com todos os membros do GAC, não alguns poucos, mas com o GAC em pleno participando dessa ligação, isso pode ser um tema muito completo e é bom ter essa informação, hoje a ICANN demonstrou que existem as

possibilidades técnicas pra fazer essas conferências telefônicas, tivemos muitas ligações telefônicas, então vamos pedir amavelmente que dediquem uma hora, uma hora e meia do seu tempo, se for necessário, que esse grupo pequeno se comunique com as autoridade e elas aprovem e aceitem a ideia e faríamos uma conferência telefônica com o GAC em pleno, por favor, levem em consideração.

MANAL ISMAIL, GAR CHAIR: Obrigado, é muito boa sugestão, não só para o tema de GDPR, mas para qualquer debate em que precisemos da intervenção de todos os membros do GAC, sem dúvida poderemos fazer uma ligação ampla, e espero encorajar a maior participação possível.

COMISSÃO EUROPEIA: E pergunto, as solicitações da ICANN foram bem específicas conforme vejo na lista, até no primeiro ponto, como podemos trabalhar de maneira prática para responder esses pedidos, talvez além de ter uma discussão com todo o GAC, tenhamos que ter uma equipe de apoio que possa trabalhar sobre essas perguntas, eu estive na segunda, quando estavam aqui os registros, e esclareceram que participaram no EPDP e tenham uma equipe de apoio por trás, e eu me pergunto porque nós não teríamos que ter esse tipo de estrutura também, acho que é importante, que garantamos fazer a nossa contribuição aqui.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado comissão europeia, sem dúvida podemos considerar essa questão, é um tema muito importante para a ICANN, certamente eles vão nos fornecer o apoio necessário.

CATHRIN BAUER-BULST: Como disse, há uma equipe do GAC aqui também, membros que não são membros do EPDP, eu não posso participar de forma periódica do trabalho do EPDP, mas os que estiverem interessados em dar apoio, por favor, se unam, talvez os que não sejam membros do EPDP possamos trabalhar nas questões satélite e fazer a nossa contribuição. Peço que não me deixem sozinha com tudo isso.

MANAL ISMAIL, GAC CHAIR: Obrigado Cathrin, mais uma vez essa tema está no temário que vamos discutir com o board, então se temos que colocar alguma questão, por favor, o digam.

KAVOUSS ARASTEH: O que disse o delegado da comissão europeia é certo, com muito prazer receberemos esse grau de participação, precisamos de compromisso, muitos se apresentam como apoio, mas tem que estar disponíveis quando é necessária sua presença, não

queremos limitar a participação de três membros do GAC e três suplentes, mas Cathrin e outras duas ou três pessoas são mais do que bem vindos, mas precisamos desse compromisso firme a disposição a fornecer esse apoio, com muito prazer vamos receber esse apoio, precisamos de mais riqueza em termos de ideia, ninguém sustenta que saiba tudo, se vocês podem se envolver e auto indicar-se para que haja mais gente representando entidades e regiões, serão muito bem-vindos, e pedimos mais apoio.

MANAL ISMAIL, GAR CHAIR: Muito obrigado Kavouss, muito bem. Então quero reconfirmar que todos os membros atuais do grupo reduzido desejam continuar trabalhando na etapa 2, não penso ter respondido a GNSO a esse respeito, tenho confirmações mas quero esclarecer. Se não indicarem o contrário, acho que todos os membros atuais do grupo continua participando, não estão Chris e Raul que não conseguiram vir a reunião, então quero mencioná-los para reconhecer todos os membros por seu trabalho. Então vamos ver o que estaria faltando. Aqui temos um resumo de todas as discussões já levadas a cabo, acho que isso é de extrema utilidade para aqueles que estiverem interessados no tema participem de forma ativa nessas sessões, temos a sessão de política de proteção de dados e WHOIS, também houve essa sessão de domingo, houve uma reunião do GAC com a GNSO na

qual falamos sobre os preparativos para o board da ICANN que foi ontem, também uma sessão intercomunitária sobre os passos a seguir na resposta da ICANN ao GDPR, depois a sessão atual, também teremos uma sessão hoje as duas e meia informativa do GAC com o grupo de estudo técnico sobre os acessos aos dados de registro sem caráter público, e finalmente no dia de hoje a reunião do GAC com o board da ICANN.

KAVOUSS ARASTEH:

Quero falar sobre essa colaboração adicional, todos são bem-vindos, mas temos dois membros da (inint) [01:36:24] e de outras regiões da América do Norte, mas não temos membros da América Latina, Caribe e nem da África, então esperamos contar com a presença e apoio de todos no grupo, porque seria de extrema utilidade, com certeza a situação não é igual em todas as regiões, queremos convidar os colegas da África e da América Latina a se unir ao nosso grupo de trabalho, vocês podem se indicar voluntariamente e avisar a presidência do GAC.

MANAL ISMAEL, GAC CHAIR: Excelente comentário Kavouss, muito obrigado por ter em conta a representação de todas as regiões, e por ser includente. Algum outro comentário? Muito bem, quero lembrar-lhes sobre o texto para o communique, temos o documento em Google Doc com a versão do nosso comunicado, todos são convidados a participar

contribuindo com o texto para o comunicado. Vamos fazer uma pausa para o café e voltamos dez e meia. Obrigado.